

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.856 - SC (2019/0299906-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : DENILSON RODRIGUES (PRESO)
ADVOGADO : DANIEL DECESARO - SC047956
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por DENILSON RODRIGUES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina proferido no *Habeas Corpus* n.º 4025156-15.2019.8.24.0000.

Consta dos autos que, após representação da Autoridade Policial, o Juízo de primeira instância decretou, em 07/03/2019, a prisão preventiva do Paciente (e de outros indivíduos) pela suposta prática do crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico. O mandado de prisão foi cumprido no dia 08/03/2019.

O pedido de revogação da prisão preventiva foi indeferido no dia 07/08/2019 (fls. 717-726).

Irresignada com a custódia cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que conheceu parcialmente o *writ* e, nessa extensão, denegou a ordem (fls. 82-87).

Em suas razões, o Recorrente sustenta, em suma, a inexistência de fundamentação idônea e dos requisitos autorizadores para a decretação da prisão preventiva, além da presença de condições pessoais favoráveis.

Alega, ainda, o excesso de prazo da segregação, pois está preso desde o dia 08/03/2019.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva com ou em a imposição de medidas cautelares diversas.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

De início, verifica-se que as alegações de inexistência de fundamentação idônea e dos requisitos autorizadores para a decretação da prisão preventiva não foram conhecidas pela Corte de origem pois "*já foram analisadas no Habeas Corpus 4008642-84.2019.8.24.0000*" (fl. 86).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, é vedada, nesse ponto, a apreciação do suposto constrangimento ilegal por esta Corte Superior, tendo em vista que as matérias acima mencionadas não foram tratadas no acórdão impugnado e não foi juntada cópia do acórdão que teria analisado a questão.

Com efeito, em que pese o juízo de cognição ampla dado ao rito constitucional do *habeas corpus*, impossível sanar evidente erro na impetração, diante da necessidade de minuciosa consulta aos assentamentos eletrônicos do Tribunal *a quo* para localizar eventual julgado em que a matéria foi objeto de análise.

Lembre-se que é ônus da Defesa a correta instrução do pedido na ação constitucional de *habeas corpus*, que demanda prova pré-constituída. Nesse sentido, este Superior Tribunal de Justiça, v.g.: “*O rito do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos que evidenciem a pretensão aduzida, a existência do aventado constrangimento ilegal suportado pelo acusado*” (RHC 52.700/SP, Quinta Turma, Rel. Ministro JORGE MUSSI, DJe de 11/12/2014).

No que se refere ao excesso de prazo, o Colegiado de origem expôs as seguintes razões (fl. 87, sem grifos no original):

“O tempo de prisão não pode ser descartado como irrelevante (o Paciente está preso desde 8.3.19). Não se pode negar, porém, que a instrução encontra-se consideravelmente próxima de seu final: resta, de acordo com as informações prestadas pela Autoridade Impetrada, apenas a oitiva de Testemunhas que devem ser ouvidas mediante carta precatória.

Uma vez que 'encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo' (STJ, Súmula 52), não há justificativa para a concessão da ordem neste momento.

[...]

Ante o exposto, vota-se pelo conhecimento parcial do writ e pela denegação da ordem.”

O Juízo de origem prestou as seguintes informações (fl. 888, sem grifos no original):

“Em atenção à decisão de Vossa Excelência, presto as informações referentes ao Habeas Corpus acima indicado, consoante o art. 662 do Código de Processo Penal (CPP), nos termos abaixo delineados.

A autoridade policial, no dia 06.03.2019, representou pela prisão preventiva de Claudinei Schuster, Denilson Rodrigues,

Superior Tribunal de Justiça

Ronaldinho Mees e Alex Sandro Cenci (fls. 1/131), em razão da suposta prática do delito de tráfico de drogas pelos representados.

Com vista dos autos, o Ministério se manifestou pelo deferimento do pedido. A decisão de fls. 159/173, proferida no dia 08.03.2019, decretou a prisão preventiva dos acusados.

O acusado Denilson Rodrigues ingressou no ergástulo prisional no dia 11.03.2019 (fl. 220).

O Ministério Público ofereceu denúncia no dia 26.03.2019 (fls. 495/506), a qual foi recebida no dia 29.03.2019 (fls. 510/511).

O acusado Denilson apresentou resposta à acusação às fls. 559/562.

A decisão de fls. 584/585, proferida no dia 14.05.2019, designou a audiência de instrução e julgamento.

Nas solenidades de fls. 626 e 661 foram ouvidas as testemunhas protegidas, arroladas pelo Parquet.

Na seqüência, no dia 31/07/2019, foram ouvidas as testemunhas arroladas pela acusação, oportunidade que a defesa do acusado Denilson requereu a revogação da prisão cautelar.

Registro, ademais, que as testemunhas de defesa também foram igualmente ouvidas, bem como, ao final, procedeu-se ao interrogatório dos réus.

Friso, todavia, que a instrução criminal ainda não se encerrou, pois está pendente a oitiva de duas testemunhas protegidas n.s 09/2019 e 10/2019.

A oitiva da testemunha protegida n. 10/2019 está prevista para o dia 27.08.2019, enquanto que para a testemunha protegida n. 09/2019, neste próprio despacho, será determinado a expedição de nova carta precatória, uma vez que foi certificado a mudança de endereço desta.

A decisão de fls. 718/727 indeferiu o pedido de revogação da prisão cautelar formulado pelo acusado Denilson."

De acordo com o entendimento desta Corte Superior de Justiça, os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais, **pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual a jurisprudência uníssona os têm mitigado, à luz do Princípio da Razoabilidade.**

Nessa perspectiva, somente se cogita da existência de constrangimento ilegal quando o excesso de prazo for motivado pelo **descaso injustificado** do juízo, **o que, prima facie, não se verifica na hipótese em tela.**

De fato, o Juízo *a quo* ressaltou que já foram realizadas duas audiências de instrução, oportunidade em que foram ouvidos os depoimentos de testemunhas da

Superior Tribunal de Justiça

acusação e da defesa, bem como foram realizados os interrogatórios dos quatro réus. A instrução criminal só não foi concluída pois houve a necessidade de expedição de carta precatória para a oitiva de outra testemunha.

Desse modo, não se evidencia a presença do sustentado excesso de prazo, pois diante das peculiaridades do caso concreto, constata-se que o Juízo de origem vem empreendendo esforços para o regular andamento do processo.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância – notadamente para que **preste esclarecimentos pormenorizados acerca: do excesso de prazo** invocado no presente *writ*; do **andamento processual atualizado**; e da **atual situação prisional do Recorrente** – e ao Tribunal de origem, para que informe a **SENHA de acesso** para consulta aos feitos que tramitam **na primeira e segunda instâncias**, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora